

O ERRO EM LÍNGUA PORTUGUESA - UMA QUESTÃO DE ATITUDES*

THE ERROR CONCEPT IN THE PORTUGUESE LANGUAGE – AN ATTITUDINAL ISSUE

Gutemberg Magalhães Oldack Barbosa
 Prof. de Língua Portuguesa e Lingüística (DLET/UEFS)
 E-mail: vernaculo@zipmail.com.br

RESUMO — Neste artigo, a discussão que se faz é em relação a duas noções de erro. Uma, objetivada pela escola que, numa atitude excludente, toma a língua como algo uniforme e estático, pois se baseia apenas nas prescrições da gramática normativa, para estabelecer o que é certo e o que é errado na língua. Outra, discutida à luz da Lingüística que, cientificamente, percebe a língua como um universo heterogêneo e dinâmico. Com a fundamentação em alguns exemplos, tentar-se-á mostrar que a competência e o desempenho verbal do falante (a gramática internalizada) independem dessa noção preconceituosa de erro na língua, ou de dominar as normas da gramática normativa. Para tanto, a discussão se dará em torno da gramática normativa (GN), da gramática descritiva (GD) e da gramática internalizada (GI).

PALAVRAS-CHAVE: Erro; Escola; Gramática.

BSTRACT — In this article, the discussion is related to two notions of error. One of them, assumed by the school, as an attitude of prejudiced, sees the language as something static and uniform, only the right and wrong concept of prescriptive grammar as its basis. The other is discussed under the light of Linguistics, which scientifically perceives language as

* Artigo elaborado a partir de estudos feitos no curso de pós-graduação *latu sensu* em TEXTO E GRAMÁTICA – UEFS/ UNICAMP.

Universidade Estadual de Feira de Santana – Dep. de Letras e Artes. Tel./Fax (75) 224-8265 - BR 116 – KM 03, Campus - Feira de Santana/BA – CEP 44031-460. E-mail: let@uefs.br

a dynamic and heterogeneous universe. Based on some examples, it will be attempted to show that the verbal competence and performance of a speaker (the internalized grammar) do not depend upon that prejudiced notion of language error, or upon mastering the rules of prescriptive grammar. In order to do that, the discussion will be carried out around prescriptive grammar (PG), descriptive grammar (DG), and internalized grammar (IG).

KEY WORDS: *Mistake; School; Grammar.*

Erro de português

*Quando o português chegou
Debaixo de uma bruta chuva
Vestiu o índio:
Que pena!
Fosse uma manhã de sol
O índio tinha despido
O português.*

Oswald de Andrade (1978)

A noção de *erro* objetivada na escola baseia-se unicamente nas regras estabelecidas pela gramática normativa (GN), desprezando-se as explicitações das outras gramáticas da língua. Sendo assim, *erro* é tudo aquilo que venha a contrariar a variedade lingüística de mais prestígio, o português padrão (PP).

É sabido que uma das funções da escola é possibilitar ao aluno o domínio do PP, mas isso não deve ser feito em detrimento das outras variantes lingüísticas, e sim, para tornar o aluno um *poliglota* em sua própria língua, num exercício de adequação verbal às necessidades sociais, para que ele seja um competente usuário da língua falada e escrita.

A língua materna, na escola, é levada a se modificar para que se aproxime da "língua" da GN. Nessa tentativa, perdem-se traços daquela e ganham-se marcas desta. No entanto, acontecem, nesse perde-e-ganha, vários fenômenos lingüísticos que, na escola, são considerados *erros gramaticais*, e, muito destes são possibilidades da fala representados na escrita,

pois os indivíduos “jogam” com valores semânticos e sintáticos nas construções do seu “linguajar”.

Com exceção da parte referente à acentuação, que, digamos, se aproxima mais da língua falada, a GN, efetivamente, é a representação da língua escrita, e esta, por sua vez, muitas vezes, é a representação da oralidade nos textos dos alunos e, na correção desses textos, é levado em conta apenas um parâmetro para estabelecer o *erro*: a própria GN.

Outro fator tido como *erro gramatical*, pela escola, é o de ortografia. Como muitas outras partes artificiais da língua, que é natural, a ortografia convencionada pela GN é motivo de muitas discussões num idioma tão cheio de regras e exceções, como o PP. Sendo assim, o dito *erro* de ortografia se estabelece, também, como *erro* de português, e isso, em tempos de *internet*, ainda é motivo de exclusão social.

Como se sabe, em se falando de língua, nada é uniforme. Sendo assim, é notório que há um enorme preconceito lingüístico em constituir somente as prescrições da GN para se estabelecer os ditos *erros*, já que o que o aluno produz, reflete o que ele sabe, (provando o funcionamento da GI). Este saber pode ser diferenciado do saber de outros alunos (provando o funcionamento da GD) e isso não é considerado nas correções escolares. Diante disso, a concepção de *erro*, na escola, poderia ser baseada também na GI e na GD, e não só na GN.

Se o aluno escrever algo que venha a contrariar o sistema lingüístico do português, ou seja, que não venha a ser aceito nem pela GN e nem pelas GI e GD, como no exemplo:

“garotos, pegar duas lápis cera de”,

aí sim, se constituiria um *erro*, porque a frase extrapolaria as regras pré-estabelecidas pelas gramáticas supracitadas. Em um outro exemplo:

“os menino”,

o dito *erro* só seria considerado do ponto de vista da GN, por desrespeitar a regra de concordância de número, pois esse

fenômeno da língua ocorre sistematicamente na variante não padrão (a marca de pluralidade só ocorre no primeiro elemento da seqüência), não sendo *erro* nem para a GI, nem para a GD. Porém, segundo Possenti (1999), o erro aconteceria nos seguintes exemplos:

“essas meninos” , “uma menino” , “o meninos”

que só ocorreriam por engano, com os falantes nativos, ou então, na fala de estrangeiros com conhecimento rudimentar da língua portuguesa.

O que a GN chama de *erro*, na verdade, é um fenômeno que acontece na língua e que tem uma explicação científica: as pessoas preferem usar variantes que diferem da variante padrão, e isso não é feito aleatoriamente, pois essas variações também obedecem a certas regras, ou seja, regras novas que se sobrepõem às antigas.

Aceitar o dito *erro* apenas pelo parâmetro estabelecido pela GN, é concordar com conceitos que Palmer (1975) condena: “A gramática de uma língua é um livro escrito sobre ela”, ou então, “Há pessoas que conhecem a gramática de sua língua e há outras que não a conhecem”. Para reafirmar esses conceitos, ter-se-ia que considerar somente a gramática baseada na escrita como a única de uma língua; e isso, sabemos que não condiz com a realidade dos falantes, já que nem todos conhecem e dominam as regras da gramática da escrita, embora utilizem a variante oral entre si, para se comunicar, apesar de existir uma diversidade lingüística, em que todos se entendem e se comunicam, através da fala e/ou da escrita. Se isso acontece, é óbvio que todos têm conhecimento da gramática de sua língua e, por isso, são falantes competentes.

Assim sendo, os alunos falam português e são capazes de distinguir se um texto está escrito em sua língua, se as frases estão na ordem sintática correta, se o vocabulário e o modo de construir as frases estão próximos da fala ou da escrita. Se fazem essas distinções, é porque já perceberam que a língua não é uniforme como prescreve a GN, mas sim, um existir

heterogêneo cheio de variações representadas, tanto na gramática da oralidade como na gramática da escrita (nesta com menor força variante), como apresenta a GD, a qual mostra que os *erros* apontados pela GN são possibilidades na língua.

Para melhor dizer, o *erro*, às vezes, é indício de reorganização, isto é, o indivíduo está reestruturando as regras da GI, como na fala de uma criança, quando diz:

“tia, eu vou me cair”,¹

fazendo uma reorganização de:

“tia, eu vou me jogar”.

Daí, é bastante dizer que o que a escola considera *erro*, é nada mais que marcas de subjetividade do aluno.

As atitudes tomadas nas correções da produção textual do aluno são também baseadas na noção de *erro* estabelecida pela GN, desprezando-se, mais uma vez, a presença das marcas da língua falada no texto escrito.

Nas séries iniciais, o aluno já traz internalizado textos orais e, ao transformá-los em escritos, ele leva para o papel marcas da oralidade, uma vez que ainda não domina os conceitos preestabelecidos, em relação a essas duas modalidades de representação da língua.

Percebe-se que o texto escrito precisa ter o que se poderia chamar de “amarrado-coeso-coerente”, enquanto o texto falado já não exige tanto, quer dizer, às vezes, necessário se faz “sacrificar a sintaxe” para manter o canal de conversação e, assim, haver a interação interlocucional. O que, no texto escrito, de praxe, não seria possível, principalmente pela obrigatoriedade de manter/seguir as regras sintáticas.

Tais considerações não implicam ser o texto falado algo “caótico”, ou seja, um emaranhado de palavras soltas, pois, mais do que isso, é um permeado de valores cognitivo-pragmáticos

¹ Fala da criança J. S. com quatro (4) anos de idade, moradora da comunidade Faleira, no município de Cachoeira(BA).

que possibilita uma maior e mais rápida absorção de informações pelos interlocutores. Logo, assim como a fala não é apenas um aglomerado de sons, escrever não é apenas uma simples produção mecânica de séries fônicas. É muito mais que isso. É um dos aspectos da comunicação lingüística que não se realiza totalmente isolado do falar. Portanto, é possível afirmar que há uma inter-relação entre eles.

Para a escola, a língua é somente o que está na GN, ou melhor dizendo, a GN é a língua. Tal conceito, sem exageros, além de ser excludente, é absurdo para ser difundido pela escola que, formadora de cidadãos (ou pensando ser), permanece num insistir contraditório do seu papel. E esse papel deveria ser, nesse sentido, o de tornar o aluno um sujeito da ação de pensar a própria língua, não de decorar formas prontas e acabadas.

Desde os gregos e romanos, dominar uma língua, na sua variante padrão, indica ter o poder, centralizar o que podemos chamar de hierarquia de poucos sobre muitos, e isso é, ainda hoje, é uma realidade social.

Condicionar a língua a uma “camisa de força” que é a GN, é ideologicamente continuar vivendo em um “resto de épocas” em que as organizações dos estados eram declaradamente autoritárias e centralizadoras. Como o próprio Gnerre (1985) afirma, “a linguagem constitui o arame farpado mais poderoso para bloquear o acesso ao poder”. Logo, a variante padrão da língua, ainda, exerce um quê de diferenciação entre os cidadãos de uma mesma sociedade, pois o “falar” é o “cartão de visitas” do falante, apresentando ao mundo sua condição social. Daí a discriminação.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália**: novela sociolingüística. 9. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. **Preconceito lingüístico**: o que é, como se faz. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

_____. **Pesquisa na escola**. 2.ed. São Paulo: Loyola, 1999.

FERREIRA, R. A. O erro como dado de eleição nos estudos da linguagem. In: CASTRO M. F. P. de. (Org.) **O método e o dado no estudo da linguagem**. Campinas: EDUNICAMP, 1996.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

KOCH, Ingedore Villaça. **Argumentação e linguagem**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

KOCH, Ingedore Villaça. **O texto e a construção dos sentidos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

PALMER, Frank. **Teoria gramatical**. Barcelona: Península, 1975.

PERINI, Mário A. **Sofrendo a gramática**. São Paulo: Ática, 1997.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 1999.

POSSENTI, Sírio . Língua: sistema de sistemas. In: DAMASCENO, B. P.; COUDRY, Maria Irma Hadley. (ed.). **Temas em neuropsicologia e neurolingüística**. São Paulo: SBNp,1995. v. 4.